

# A dinâmica contemporânea da acumulação do capital e seus desdobramentos para a classe trabalhadora no capitalismo dependente

Cristiane Luiza Sabino de Souza<sup>1</sup>

## Resumo

Em diálogo com autores(as) clássicos(as) do pensamento social latino-americano e contemporâneos atentos à realidade social numa perspectiva crítica, apresento algumas considerações acerca dos elementos históricos e estruturais que dinamizam a atual fase da acumulação do capital e impõem o aceleração das transformações tecnológicas digitais com o objetivo de discutir os seus desdobramentos para a classe trabalhadora na particularidade do capitalismo dependente. Assinalo também o adensamento das expressões da questão social e das correspondentes formas de contenção apresentadas pelo Estado diante de tais transformações, as quais colocam novas e complexas demandas à profissão e incidem diretamente sobre a condição assalariada dos(as) assistentes sociais.

## Palavras-chave

Capitalismo dependente; Transformações tecnológicas; Classe trabalhadora; Questão social.

## The contemporary dynamics of capital and its consequences for the working class in dependent capitalism

## Abstract

In dialogue with classic authors of Latin American social thought and contemporaries who are attentive to social reality from a critical perspective, I present some considerations about the historical and structural elements that drive the current phase of capital accumulation and impose the acceleration of digital technological transformations with the aim of discussing their consequences for the working class in the particularity of dependent capitalism. I will also point out that the expressions of the social question and the corresponding forms of containment presented by the state in the face of these transformations have increased, placing new and complex demands on the profession and directly affecting the salaried condition of social workers.

## Keywords

Dependent capitalism; Technological transformations; Working class; Social question.



Artigo recebido em fevereiro de 2024

Artigo aprovado em abril de 2024

## Introdução

Para a classe trabalhadora que sustenta a acumulação do capital desde a periferia do chamado primeiro mundo, desde os becos e vielas enlameados pelo transbordar da miséria que resta aos territórios forjados pela subordinação e carregados pelos custos do capitalismo dependente, o que se considera desenvolvimento, revela-se como subdesenvolvimento; o que se entende como progresso e avanço tecnológico, carrega consigo o aprofundamento da superexploração, da espoliação da terra e seus bens naturais, um rastro de destruição e violência que subjuga a maioria.

Vivemos um momento em que a inerente transformação dos meios de produção capitalistas e seus mecanismos, para não sucumbir à sua própria crise, fazem avançar sobre a classe trabalhadora mais do que a rapina burguesa pela necessária mais-valia. O caráter destruidor de vidas trabalhadoras, sempre presente no capitalismo e parte dos seus fundamentos, ganha um caráter cada vez mais aberto e espúrio.

Mirando desde o Brasil e da sua economia dependente e subordinada, a crise de múltiplas dimensões – refletida no desmonte das condições de vida e de trabalho neste primeiro quarto de século – evidencia o aprofundamento das tendências históricas na nossa sociedade e guarda seus vínculos com o escravismo colonial e a desigualdade estrutural que lhe é fundante. Isso implica que ao jamais enfrentar as desigualdades e atrocidades que dão base ao que se entende por Brasil, novas crises e retrocessos econômicos, sociais e políticos sempre se somarão a uma estrutura violenta, desigual e perversa naturalizada como característica da Nação.

Assim, a questões agrárias, raciais e indígenas, a fome, as desigualdades regionais, a inexistência de proteção social universal, a concentração de riqueza, as políticas de extermínio, o genocídio negro e

indígena midiaticizado, à destruição dos parques direitos sociais e das mínimas condições de reprodução, são cada vez mais adensadas e não encontram na nossa frágil democracia liberal qualquer reais medidas de enfrentamento, ao contrário, essa existe para institucionalizar e manter sob controle o abismo social. Isto posto, sob o capitalismo dependente e os alicerces da formação social brasileira, na contemporaneidade, o manto ideológico da inovação tecnológica, expansivo em nível mundial, ganha sob essa realidade as condições para impor a mais profunda destruição, fazendo crescer vigorosamente a conjunção imperialismo-colonialismo, neoliberalismo-fascismo. Diante disso, a luta pela sobrevivência imediata é o novo(velho) normal, e a classe trabalhadora é compelida a adequar-se às inovações e padronizações da reprodução da vida e suas consequências, que se aparentam como inevitáveis e autônomas mudanças tecnológicas, das quais supostamente não há como fugir, nem como confrontar.

Entretanto, desde uma perspectiva da crítica da economia política, baseada no método de Marx, compreendemos que o processo que se apresenta como inovação tecnológica, economia 4.0 ou digitalização da economia, não pode ser compreendido apartado das mudanças profundas realizadas pelo capitalismo para responder à sua própria crise, sobretudo a partir dos anos 1970. Netto (2012) destaca que os processos de reestruturação do capital no contexto de crise estrutural trouxe novas características ao padrão de acumulação, que somam-se às anteriores: forja-se uma nova dinâmica na relação com Estado, subordinando-o ainda mais aos desmandos dos oligopólios financeiros; provoca-se transformações em diferentes setores da sociedade, da cultura à política; baseia-se na flexibilização da produção, na desregulamentação das relações trabalhistas e comerciais, na privatização do patrimônio estatal; impõe-se o neoliberalismo como política econômica naturalizadora da austeridade e da subordinação aos desmandos do mercado.

Alcançar o significado das frenéticas mudanças tecnológicas, sobretudo as digitais, e as transformações impostas aos processos de





trabalho e às relações sociais pela dinâmica capitalista que as produz, requer captar esse processo nos seus elementos estruturais, buscando suas determinações essenciais e superando a aparente ruptura com o valor-trabalho na sustentação da acumulação capitalista. Requer, portanto, interpelar as desiguais e combinadas formas de extração de valor na atual quadra histórica, aparentemente conduzida pela crescente digitalização/informatização da economia, e revelar as manifestações próprias das estruturais formas de dominação necessárias ao capital. Nisso, as formas e expressões atuais da relação entre imperialismo, colonialismo, dependência e superexploração, racismo e sexismo devem ser postas como mediações centrais à análise, vez que a aparente regência dos algoritmos sobre as relações sociais oculta o aprofundamento das brutalidades fundacionais e sustentadoras do capital.

Neste artigo, apresento algumas considerações acerca dos elementos históricos e estruturais que dinamizam a atual fase da acumulação do capital e impõem o aceleração das transformações tecnológicas digitais com o objetivo de discutir os seus desdobramentos para a classe trabalhadora na particularidade do capitalismo. Para tanto, tomo por base autores(as) clássicos do pensamento social latino-americano, e autores(as) contemporâneos atentos à desmistificação das recentes transformações.

Essa é uma discussão necessária ao campo do Serviço Social, em especial porque as transformações societárias recentes reconfiguram as expressões da questão social, colocam novas e complexas demandas à profissão e incidem diretamente sobre a condição assalariada dos(as) assistentes sociais. Organizei a exposição em 3 notas que se complementam: 1) As transformações tecnológicas como expressão da dinâmica de acumulação capitalista e seus desdobramentos para a classe trabalhadora no capitalismo dependente; 2) As novas-velhas facetas do colonialismo e da dependência expressas pelas tecnologias digitais; 3) Luta de classes e questão social: a classe trabalhadora diante das transformações na dinâmica de acumulação capitalista.

## As transformações tecnológicas como expressão da dinâmica de acumulação capitalista e seus desdobramentos para a classe trabalhadora no capitalismo dependente

O ponto de partida para a compreensão de como as transformações tecnológicas, sobretudo as digitais, incidem sobre o trabalho e sobre classe trabalhadora na América Latina é a consideração sobre as particularidades históricas do desenvolvimento capitalista dependente e da subordinação do trabalho e do(a) trabalhador(a) aos seus desmandos. É necessário considerarmos, assim, a divisão internacional do trabalho, a dominação imperialista, a transferência de valor, a cooperação antagônica entre burguesias internas e externas e seu incontornável custo para a classe trabalhadora, expresso na superexploração da força de trabalho Marini (2011). E essa superexploração se dá a partir de muitos mecanismos diretos, – nas relações de trabalho, e indiretos, na mediação exercida pelo Estado na (des)regulação do trabalho e na (des)proteção dos trabalhadores. Em ambos os sentidos, vemos uma radicalidade na destruição das condições de existência daqueles e daquelas que vivem do trabalho.

Nas condições de trabalho temos a conjugação entre novos e velhos mecanismos de extração de valor e novos mecanismos de dominação ideológica dos trabalhadores, que encontram na desigualdade estrutural o lócus privilegiado para aprofundar a superexploração. O resultado disso é a generalização da insegurança, da precarização, do adoecimento, do endividamento e da alienação. As condições de trabalho no século XXI aceleram a tendência de miserabilização dos(as) trabalhadores(as) pelo capital.

Como indicado por Antunes *et.al* (2020), em todo o mundo, sob a reestruturação da produção capitalista, novas relações trabalhistas colocam como regra a desregulamentação, a precarização máxima; as terceirizações, quarteirizações e outras formas de distribuição da produção que sintetizam as buscas do capital para diminuir seus custos. Nesse contexto, se vê a informalidade, que nada mais é do





que a forma pura da lógica do mercado sobre a mercadoria força de trabalho. Modalidade esta que se generaliza mesmo em países com experiências históricas de amplas políticas de proteção trabalhista. Na periferia do sistema, sob o capitalismo dependente, tais características são inerentes às relações desiguais entre capitalistas e trabalhadores(as) expressas na superexploração e, por isso, o que se vê na contemporaneidade é a sua brutal radicalização. Diferente dos países centrais, onde a classe trabalhadora vivenciou, ainda que de maneira datada, alguns aspectos de universalização de políticas de proteção social, na periferia, o ponto de chegada das transformações capitalistas é a histórica desregulamentação das relações de trabalho, a desproteção social. Tudo isso sob a ampla expropriação da terra, a desregrada espoliação dos seus recursos, a opção das elites pelo subdesenvolvimento e pela subordinação externa, a consolidação do padrão primário exportador (SOUZA, 2023).

No Brasil, por exemplo, a destruição das forças sociais do trabalho, das condições de existência digna e, com isso, da capacidade de luta e resistência dos trabalhadores, expressa-se no bojo dessas transformações na dinâmica de valorização do capital. Nos tempos do trabalho mediado pelas plataformas digitais, mais de 50% dos(as) trabalhadores(as) ocupados(as), no segundo trimestre de 2023, estavam em situação de informalidade ou trabalhavam por conta própria, de acordo com o IBGE/PNAD (2023). Em 2021, eram mais de 13 milhões de microempreendedores, 70% dos quais estavam no mercado de trabalho formal entre 2009 e 2021 (IBGE, 2023a). E em 2022, os de trabalhadores de plataformas digitais e aplicativos de serviços eram cerca de 1,5 milhão (IBGE, 2022). A mediação da tecnologia digital na gestão e realização do trabalho é um dos mecanismos crescentes de extração de mais-valia e de controle dos trabalhadores, que se expande para diferentes tipos de trabalho. Junta-se aos motoristas e entregadores, um contingente de operadores de telemarketing, professores, trabalhadores domésticos, prestadores de serviços variados que passaram

a ser mediados pelas plataformas digitais. Plataformas controladas por monopólios financeiros, que dão à subsunção do trabalho ao capital um novo patamar (ABÍLIO *et al.*, 2021).

Seja com o *home office*, que se expandiu no contexto da pandemia de Covid19, com o trabalho remoto ou híbrido, seja pela mediação dos aplicativos diversos na realização de serviços, ou pelas tradicionais mediações tecnológicas nos processos produtivos e seus incessantes avanços para o aumento da mais-valia relativa, o fato é que a ampliação do domínio tecnológico sobre o trabalho coloca a cada dia novas e mais profundas formas de exploração, controle e subjugação dos(as) trabalhadores(as).

Mecanismos de controle e gerenciamento do trabalhador, que sempre incidiram sobre os trabalhadores diretamente inseridos nos grandes espaços produtivos, como já destacava Ernest Mandel (1985) no livro *Capitalismo Tardio*, logram, sob suas novas formas, um novo patamar de subordinação do conjunto dos(as) trabalhadores(as), que é o gerenciamento e controle do trabalho informal e desprotegido. Ou seja, o trabalhador não tem nenhuma garantia de renda ou de direitos trabalhistas, mas ele tem metas, normas de conduta, é vigiado e punido pelas empresas controladoras das plataformas digitais, como Uber, Ifood, Amazon, etc. O trabalhador tem que se subjugue a esse mecanismo, aparentemente como autogerente de si próprio, mas sem garantia nenhuma de que irá comer ao fim do dia (ABÍLIO *et al.*, 2021).

Assistimos à união do que há de mais moderno na produção capitalista, o setor informacional, com o que há de mais arcaico no mundo do trabalho capitalista, jornadas de trabalho desregulamentadas, nenhum padrão de assalariamento mínimo, nenhum direito trabalhista e a mais extrema alienação. Para além dessa desproteção social o que se tem é a constituição de uma enorme massa de trabalhadores disponíveis às demandas das empresas, para serem inseridos quando e como elas definirem, mas sem garantia alguma em relação à sua própria reprodução imediata como trabalhadores, tampouco garan-

tia futura de uma aposentadoria ou qualquer proteção à velhice. Isso se junta à precarização do trabalho formal, sacralizada no Brasil pela última reforma trabalhista, à normalização das jornadas de trabalho duplas ou triplas, ao desmonte da previdência, ao exorbitante desemprego, ao crescimento do trabalho análogo à escravidão<sup>2</sup>.

É necessário ressaltar que essa desigualdade, essas iniquidades, são vividas de maneira muito distinta pelos diferentes sujeitos da classe trabalhadora, dadas as relações hierárquicas de raça e gênero que conformam a nossa sociabilidade. Na América Latina, segundo os dados da OIT (2022), são mais de 25 milhões de mulheres desempregadas ou fora da força de trabalho. O trabalho informal, precarizado, com as piores remunerações tem sido, historicamente, a condição de inserção das mulheres latino-americanas no mercado de trabalho. E isso se aprofunda brutalmente no contexto atual, sobretudo pela convergência entre a crise econômica e os desdobramentos da pandemia. E são as mulheres negras e indígenas aquelas que estão submersas no desemprego ou ocupam os espaços mais precarizados, com menores rendimentos, informais e inseguros. São elas que estão na base da reprodução social da classe trabalhadora, que garantem, por meio do seu trabalho em duplas ou triplas jornadas, nos espaços domésticos, comunitários, privados ou públicos nos quais se efetivam as tarefas necessárias à reprodução social, garantindo que o capital siga acumulando.

Ainda sobre as condições de trabalho, outro aspecto importante são as formas de dominação forjadas nesse contexto. O capitalismo manipula as subjetividades mediante a enorme concorrência entre a massa trabalhadora, o que estabelece complexos processos de dominação que se reiteram ou se renovam a cada crise. O racismo, a hierarquização das diferenças étnicas, o sexismo, a xenofobia, são mecanismos inerentes ao controle do trabalho pelo capital, e no contexto do avanço tecnológico, ganham novos mecanismos de potenciação.



A normalização do extremo cansaço, da estafa e do autocontrole pela classe trabalhadora, que tem no empreendedorismo a chave mágica para superar a crise. O discurso de que a crise é de todos, de que cada um deve agir com resiliência, empreender e sobressair-se é tão velho quanto o capitalismo, mas é cada vez mais revestido de novos mecanismos ideológicos que ganham espaço à medida que se destrói as possibilidades de sobrevivência da maioria.

Empreendedorismo é a palavra de ordem, mas nada mais é do que uma ideologia de dominação que oculta a exploração e as causas da miséria, resguarda as novas formas de extração de valor do trabalho, sobretudo pela transferência dos custos de produção aos próprios trabalhadores e pelo seu endividamento, sendo que muitos empreendedores, sobretudo os micro, sequer conseguem se manter regulares. Essa ideologia tem impactos objetivos, mas também subjetivos na vida dos trabalhadores. Exacerba-se a concorrência entre os trabalhadores, impulsiona-se o individualismo e o narcisismo, coloca-se a luta pela sobrevivência como único objetivo da vida, à custa da dignidade, da saúde física e mental (ANTUNES *et al.*, 2020).

### **As novas-velhas facetas do colonialismo e da dependência expressas pelas tecnologias digitais**

No século XXI acentuam-se as facetas do capital imperialismo, para usar um termo da Virgínia Fontes (2010). Trata-se de novas formas de organizar a extração de valor e a reprodução do capital em crise, que se somam às formas tradicionais da exploração e da espoliação dos trabalhadores e da natureza. Diante dessa *inequívoca vitória do capital sobre o trabalho* (NETTO, 2012), sobreviver passa a ser o horizonte perante o crescente abismo social que exige novos mecanismos de vigilância e controle e naturaliza-se a economia política da morte, do extermínio dos *ninguéns*, daqueles que não podem ser produtores, nem consumidores e, portanto, são vistos como uma ameaça ao sistema. Expulsar de maneira ampliada os trabalhadores da participação na

produção capitalista é inerente à lei geral da acumulação capitalista, nos termos de Marx (2013), que ganha novos contornos no contexto atual, em nível global; e na periferia, sob a dinâmica do capitalismo dependente, um aprofundamento brutal.

Aqui há dois pontos de convergência no que diz respeito às contradições do capital no contexto de expansão das tecnologias digitais e a luta de classes que precisam ser discutidos e aprofundados: 1) O controle da classe trabalhadora e, 2) o controle da terra e dos bens naturais. Ambos se conectam e se dinamizam sob a batuta do avanço tecnológico informacional. E nisso se expressa a estrutura colonial e racista que sustenta o capital, revestida de novas possibilidades de dominação.

O avanço tecnológico sob o capital sempre significou a economia de trabalho vivo e a acentuação da exploração, com o incremento da superpopulação relativa e a exigência permanente de novos mecanismos de controle e contenção dos descontentamentos e revoltas dos miseráveis diante da condição que lhes é imposta. Na contraface dessa dinâmica, cada vez mais, essa mesma inovação tecnológica apresenta as “soluções” a tais contradições e transforma em mercadoria e meio de valorização o próprio processo de dominação. Exemplo disso é a utilização de tecnologia digital produzida pela indústria bélica como aparato das políticas de segurança pública, como rastreamentos e reconhecimentos faciais que, como denunciam diversos pesquisadores, é uma construção algorítmica assentada na reprodução do racismo e na estigmatização dos corpos racializados como ameaças à ordem pública. Os mesmos algoritmos produzidos para criar imagens e reforçar padrões racistas, sexistas e misóginos oferecidos como informação pelas grandes plataformas da internet (CORRÊA, 2021; FAUSTINO & LIPPOLD, 2023).

Observando desde o capitalismo dependente e sua total subordinação aos desmandos das grandes corporações do capital financeiro digital, cito aqui o extermínio da juventude negra e indígena, o encarceramento em massa sob a escusa da guerra às drogas, que cancela a existência social

sobretudo da juventude negra. A América Latina tem a população prisional que mais cresce no planeta. São 1,4 milhões de pessoas presas, uma taxa que cresce três vezes mais que a da população civil.

O Brasil, de acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), alcançou a marca de 832 mil presos em 2023. O país figura como a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. As prisões têm condições precárias e são lotadas, o que causa uma mortalidade acima da média.

Como pano de fundo desse cenário há um crescimento de legislações repressoras e a construção ideológica da sua naturalização como garantia da segurança pública. A chamada guerra às drogas, que está na base desse processo, é o ocultamento dos reais problemas e dos interesses por trás do encarceramento, que é o controle dos corpos e mentes diante da acentuação das impossibilidades de desenvolvimento humano e da ampliação da democracia em toda a América Latina<sup>3</sup>.

Adentrando no segundo ponto, desde a reflexão sobre os dados do encarceramento na América Latina e seu significado para a própria lógica da acumulação, chega-se ao controle da terra e dos territórios, da espoliação dos bens naturais e a centralidade ainda mais incontornável que possuem para a existência da acumulação na era da tecnologia digital. Como ressaltam Faustino e Lippold (2023), não pode existir *softwares* sem *hardwares* e uma série de componentes eletrônicos, e esses não existem sem os minerais escassos, com estoques limitados, cujas jazidas estão exatamente na periferia do mundo: América Latina e África.

Desde que os Estados Unidos se tornaram uma grande potência mundial, ainda no século XIX, passaram a tratar a América Latina como extensão territorial estadunidense a determinar os rumos políticos, econômicos e culturais deste território, porque aqui estão as reservas necessárias, tanto de recursos naturais, quanto de força de trabalho barata que o grande capital necessita. De acordo com Mônica Bruckmann (2011) a dependência que a economia estadunidense





tem desses recursos naturais é quase absoluta: dependem entre 99% e 100% de importação de outros países. Importam da América Latina 62% de bauxita (Jamaica, 32%; Brasil, 18%; e Guiana, 12%) e 48% de alumina (Suriname, 18%; Jamaica, 16%; e Brasil, 12%) de que necessitam. Não possuem nenhuma fonte de metais como o cério, usado na fabricação de relógios atômicos, vitais ao funcionamento de satélites, internet e transmissores de telefones celulares e sistema de guias de aviões; ou índio, usado como condutor elétrico fundamental à produção das telas planas; ou o lítio, indispensável na produção de baterias elétricas, cujas reservas na América Latina correspondem a 99% das reservas mundiais, estando sobretudo na Bolívia; ou o ouro, cujas reservas estão no Brasil e em países da África e sua exploração tem devastado os territórios dos povos originários, como no caso do avanço do garimpo sobre as terras indígenas brasileiras<sup>4</sup>.

Darcy Ribeiro (1983), esse grande crente na potência da América Latina e na sua capacidade de unificar-se para combater o inimigo comum, que é o imperialismo, mesmo preocupado com o baixo crescimento populacional da região, comparada com outras do mundo, tinha a perspectiva de que a população da América Latina, que em 1995 era de 500 milhões de habitantes, chegaria a um bilhão. No Brasil éramos 150 milhões e a expectativa, que ele achava muito baixa, era de alcançar os 500 milhões. Diante da violência cotidiana, que mata mais do que guerras declaradas, dos conflitos diversos, da esterilização em massa de mulheres negras e indígenas, da mortalidade pela fome ou pela falta de acesso à saúde, e não podemos deixar de acrescentar mais de um milhão de mortos pela covid, a estimativa da CEPAL é de que em 2022 chegamos a pouco mais de 660 milhões de habitantes na América Latina, e espera-se que esse número comece a decrescer em aproximadamente 34 anos. No Brasil não alcançamos nem a metade da, já baixa, expectativa que tinha Darcy, temos pouco mais de 203 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Somos um País com uma densidade demográfica absolutamente baixa. Enquanto os países

mais populosos como a China, por exemplo, têm mais de 20 mil habitantes por km<sup>2</sup>, no Brasil não chega a 25 habitantes por km<sup>2</sup>.

Trazer esses dados não enseja afirmar que deveríamos ter mais ou menos gente no nosso território, apenas chamar a atenção para os paradoxos da nossa realidade. A subordinação da terra e do território à dominação do capital, que por um lado superlota as periferias dos grandes centros urbanos – submetendo sua população, sobretudo negra, a condições insalubres de vida, sem habitação adequada, sem saneamento básico, sem acesso aos mínimos para viver, submetida ao tráfico e às milícias – por outro lado atua para esvaziar o campo e sacramentar a histórica desigualdade na propriedade da terra. São dinâmicas de imposição de várias formas de morte, que expressam a continuidade do genocídio fundacional na América Latina.

A limpeza do território, a ideologia do vazio demográfico, a expropriação dos pequenos camponeses, a violência contra os povos originários, a devastação ambiental, inerentes ao padrão de reprodução primário exportador da América Latina, passam, no contexto de aparente sobreposição das tecnologias digitais em relação ao trabalho humano e à sua capacidade produtiva, por perversos avanços. Desse prisma, evidencia-se a conexão entre as tecnologias digitais e a indissociabilidade entre imperialismo, colonialismo, dependência, superexploração e racismo (SOUZA, 2020). Os custos para a classe trabalhadora da periferia são cada vez mais altos. No livro *Colonialismo Digital, por uma crítica hacker-fanoniana*, Faustino e Lippold (2023) trazem uma interessante análise que desentranha essa indissociabilidade sob a dinâmica contemporânea da acumulação do capital. Para os autores, configura-se aí um neocolonialismo tardio, sob o qual o que se vê

é uma partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o subimperialismo ao reduzir o chamado Sul global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais. O assombroso desenvolvimento da tecnologia teve como condição e resultado

o aprofundamento da divisão internacional do trabalho a partir de uma distribuição desigual e combinada do acesso aos benefícios do desenvolvimento tecnológico informacional, exatamente no momento em que vai se convertendo em mediação social essencial para as condições biológicas de reprodução do ser humano (FAUSTINO E LIPPOLD, 2023, p.81).

### **Luta de classes e questão social: os(as) assistentes sociais diante das transformações na dinâmica de acumulação capitalista.**

A compreensão dos desafios ético-políticos que a categoria profissional dos(as) assistentes sociais enfrenta, a cada conjuntura, exige termos em vista que as transformações erigidas no bojo do capitalismo só podem resultar em maior aprofundamento das suas contradições. Aliás, isso é essencial ao conjunto da classe trabalhadora, não apenas a uma categoria profissional. Mas no que tange à profissão, à medida que tais transformações incidem diretamente na sua condição assalariada, em diversos aspectos, e revestem de mais complexidade seu objeto de atuação – a questão social –, torna-se imperativo nos debruçarmos na análise dessa realidade.

O exame das incidências das transformações societárias – incluindo a emergência e expansão da tecnologia digital – para a classe trabalhadora, das respostas dadas pelo capital e pelos Estados ao aprofundamento da questão social, nesse contexto, possibilita identificarmos suas implicações para a nossa atuação profissional. Como já explicitado por Iamamoto (2020), elas vão desde o desmonte das condições de uma formação profissional crítica ao fomento das disputas neoliberais pelo horizonte ético-político da profissão, abrindo caminho para o (neo)conservadorismo e tensionando o rompimento com a perspectiva crítica e com o compromisso de classe que constitui os esforços da categoria nas últimas cinco décadas.

O capital financeiro mundializado e assentado no desenfreado incremento da tecnologia há muito naturalizou a flexibilização da acumulação, ao passo que busca novos nichos de valorização pela

imposição da regressão e destruição dos direitos conquistados pela classe trabalhadora; pelas contrarreformas do Estado e mercantilização dos serviços sociais sob a ideologia neoliberal; pela transformação dos próprios mecanismos de dominação e controle em produtos rentáveis – vide hipertrofia dos aparatos coercitivos do Estado e sua incidência na circulação mercantil de alta tecnologia; pelo aumento das dívidas públicas estatais, etc. Tudo isso se desdobra na corrosão das condições de vida da classe trabalhadora, que perde o horizonte de uma proteção social universal (que na América Latina jamais existiu) e vê suas demandas manobradas para a rentabilidade do chamado “terceiro setor” e suas misérias legadas à “refilantropização social” (IAMAMOTO, 2020).

Diante dessas tendências de intervenção do Estado na questão social reforçam-se o individualismo, a moralização das expressões da questão social e a responsabilização das famílias, a assistencialização, a vigilância e o policiamento dos pobres. É no bojo dessas mediações que os(as) assistentes sociais são convocados(as) a atuar. Diante dessa realidade, se não tivermos coerência com um projeto ético-político emancipatório, desdobrado em uma práxis crítica junto à classe trabalhadora e suas lutas, sucumbiremos facilmente às práticas conservadoras, psicologizantes e antagônicas à emancipação humana (VAS-CONCELOS, 2017; IAMAMOTO, 2020).

Seguindo no argumento de Iamamoto (2020, p. 51), “no seu trabalho cotidiano, o assistente social trata com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, atravessados por determinações de classe”, de raça e de gênero. Isso implica a plena consciência de que a nossa situação recente não é um mero incidente no percurso, ela é uma escolha econômica e política, sustentada pelas elites que ocupam o Estado a ferro e fogo, às custas do desmonte de qualquer perspectiva de democracia, de autonomia dos povos, do direito de existir da maioria racializada. Elites vinculadas ao capital financeiro, aos desmandos imperialistas que, no Brasil,





nos empurrou goela abaixo nos últimos anos as reformas trabalhista e previdenciária, o desmonte da seguridade social, da educação, da proteção ambiental, das políticas de habitação e um sem-fim de destruições (SOUZA & TELES, 2021).

Assim, tendo em vista os processos históricos e as determinações estruturais das contradições que se apresentam no nosso cotidiano, o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora, nas suas mais diferentes expressões, é uma exigência ética. E tal exigência nos desafia “a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões particulares e universais aí presentes, condição para transitar necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública em fóruns e espaços coletivos” (IAMAMOTO, 2020, p. 51).

Isso requer capacidade de reconhecer a classe trabalhadora na sua diversidade e complexidade, a qual, diante da memória-história roubada, ainda se apresenta enevoada pela dominação ideológica colonialista e suas novas facetas, que retira da classe a sua própria identidade, como já ressaltava Clóvis Moura (1994). Assim, reiteramos que não existe a classe trabalhadora e a população negra, ou a classe trabalhadora e as mulheres, como elementos separados na análise. Na América Latina, a classe trabalhadora, em sua maioria, é negra, indígena. E é mulher. Pautar as dimensões objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, suas condições materiais de existência e as múltiplas violências a que está submetida, é desnaturalizar os lugares sociais que a racialização das relações sociais foi construindo a cada sujeito dessa classe. É desnaturalizar a hierarquização sexista que violenta as mulheres negras e indígenas neste território.

Buscar as determinações estruturais das relações de classe, compreendendo que a classe possui raça e gênero, e que elas são determinações da realidade, inseparáveis na sua existência concreta, é um caminho que nos leva tanto à raiz do problema a ser enfrentado, como pode revelar a potência na luta daquelas que constroem o país. Homens e mulheres racializados como negros/as ou índios, que car-



regam nas costas o fardo da reprodução social e, portanto, que nada tem a perder diante de uma sociedade que lhes exige muito e lhes nega tudo, como bem provocou-nos Lélia Gonzalez (2020).

## Referências

ABILIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, [S. l.], v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021. DOI: 10.1590/15174522-116484. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/116484> . Acesso em: 13 nov. 2023.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006) –. – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p.

ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo

BRUCKMANN, Mônica. **Ou inventamos ou erramos**: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense. Departamento De Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Niterói, 2011.

CEPAL. América Latina y el Caribe 2022: **CEPALSTAT** – Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. Disponível em [https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator\\_id=1&area\\_id=1&lang=es](https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=1&area_id=1&lang=es) Acesso em 13 de nov. de 2023.

CORRÊA, Bianca Kremer Nogueira. **Direito e tecnologia em perspectiva africana**: autonomia, algoritmos e vieses raciais. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58993/58993.PDF> Acesso em 13 de nov. 2023.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter, **Colonialismo digital**: Por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

FONTES, Virgínia. **O capital-imperialismo**: algumas características. O diário.info, 2010. Disponível em: <https://odiario.info/b2-img/VirginiaFontes.pdf> Acesso em: 13 de nov. de 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.





IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2020. P. 34–61.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. população brasileira. Disponível em: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal) Acesso em 13 de nov. de 2023

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Segundo Trimestre de 2023 ABR.–JUN. 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2023\\_2tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2023_2tri.pdf) Acesso em 13 de nov. de 2023

IBGE. **Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais: 2021 / IBGE**, Coordenação de Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102029.pdf> Acesso em 13 de nov. 2023a.

IBGE. **Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022 / IBGE**, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102035\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102035_informativo.pdf) Acesso em 13 de novembro de 2023.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÊDILE J.P. (orgs) **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. –2ed– São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Princípios**, n. 34, p. 28–38, 1994.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202–222, jan./jun. 2012. Link: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo-201608060404028661510.pdf> Acesso em 13 de nov. de 2023.

SOARES, M. Novas tecnologias e os/as mesmos/as espoliados/as: apontamentos sobre a plataformização do trabalho e a escravidão. In: FIGUEIRA, R.R. et al (Orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia**. São Luís: EDUFMA, 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, C. L. S. Teles, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. ½ ISSN 2238-1856. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em 13 de nov. de 2023.

SOUZA, C. L. S A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Revista Serviço Social e Sociedade**. 146 (1) · Jan-Apr 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4X-C6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?lang=pt> Acesso em 13 de nov. de 2023

OIT. **Panorama Laboral 2022**. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2022. 242 p. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_867497.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_867497.pdf) Acesso em 13 de nov de 2023.

VASCONCELOS, Ana Maria de. O. **O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2017.

## Notas

- 1 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC). Email: cristiane.sabino@ufsc.br. Orcid n°0000-0002-6044-619X.
- 2 Uma interessante análise sobre o trabalho análogo à escravidão na contemporaneidade é apresentada por Marcela Soares (2022).
- 3 Desde março de 2022, por exemplo, El Salvador, sob o regime de Nayib Bukele implementa um processo brutal de encarceramento, tortura em massa e mortes violentas nos cárceres, conjugado com um regime de exceção e suspensão permanente de garantias constitucionais. marca tal feito a inauguração de um mega presídio para 40 mil pessoas, com uma forte propaganda e difusão midiática do que seria a prisão mais rígida do mundo e almeja ser modelo para outros países da América Latina. O país que tem pouco mais de 6 milhões de pessoas alcançou a maior taxa de encarceramento do mundo com quase 100 mil presos. Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cq5gr7gzv5eo> e <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/el-salvador-dobra-capacidade-prisional-com-megaprisao-para-40-mil-detentos.shtml>
- 4 Quanto à China, Bruckmann (2011) destaca seu papel de grande consumidora e produtora mundial de recursos minerais. A análise histórica das cifras demonstra que a China eleva drasticamente sua produção de recursos minerais para atender à sua demanda interna e às necessidades do seu modelo de desenvolvimento e industrialização. O crescente interesse da China na América Latina, seus investi-



mentos em numerosos projetos de desenvolvimento e de exploração e produção de minerais, além de sua aliança estratégica com a Venezuela e os altos investimentos ali realizados constituem elementos importantes para as mudanças hegemônicas em andamento e a nova geopolítica mundial. Por sua vez, o deslocamento da China como principal destino das exportações da América Latina não significou nenhuma mudança em relação ao valor adicional destas.